



ARTIGOS
TECNICOS

Roxana M.M. Topel

Irene J. Einhorn Goldenberg

Arthur A. Ghilardi

Apesar do movimento cooperativista ter sido introduzido, no Brasil, no início deste século, a primeira lei que regulamentou a organização e o funcionamento das sociedades cooperativas brasileiras foi o Decreto Lei nº 22.239 de 19/12/1932 (2).

Nos países em desenvolvimento, o cooperativismo surge por iniciativa do governo, como instrumento para a realização de planos de progresso econômico e social, pois o agricultor dificilmente tem possibilidade de estrutura para tomar tal iniciativa (3). "No Brasil, a cooperativa foi um movimento que partiu de cima para baixo, ou seja, através de iniciativa oficial. Isto porque, o governo reconheceu a necessidade de uma evolução no setor primário, para acompanhar ou diminuir a diferença entre os setores da economia e para isso aceitou-se que um fator de desenvolvimento da agricultura encontrava-se na Cooperativa" (4).

O tardio aparecimento das cooperativas de café, que somente principiaram seu desenvolvimento ao final da década de 50, explica-se pelas próprias características das atividades relacionadas com a produção e o comércio do café, que foram:

- a produção se desenvolvia num regime extensivo, fato que representava e ainda representa um importante entrave ao maior desenvolvimento do cooperativismo; e

- o café, sendo produto de exportação que proporcionava elevados ganhos, possibilitava aos produtores auto-suficiência em suas atividades e custeava a organização da produção e da comercialização, que se realizava nos principais portos exportadores.

(1) Este artigo faz parte do trabalho "Participação das Cooperativas de Cafeicultores na Comercialização do Café, no Estado de São Paulo", dos mesmos autores e integra o Projeto IEA/10 - "Economia Cafeeira".

(2) BULGARELLI, Waldírio. A nova legislação cooperativista brasileira. In: PINHO, Diva B. A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Naumann, 1973. cap.5. p.133-165.

(3) FARCY, H. et alii. O papel das cooperativas na comercialização dos produtos agrícolas; seminário. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

(4) PINHO, Diva B. Cooperativas e desenvolvimento econômico. São Paulo, Faculdade de Economia e Administração/USP, 1963.

O primeiro surto cooperativista do café teve início com o "Plano do Cafeeiro", estabelecido pelo Governo para a safra 1956/57, que preconizava uma política cafeeira, cujo objetivo era manter uma posição de destaque no mercado mundial do café, através da redução nos custos de produção e de comercialização e uma melhoria na qualidade do produto. Os produtores acabaram sentindo necessidade de se associarem a esse tipo de estabelecimento, com o objetivo de obter melhor qualidade do café por zona de produção, adquirir maquinaria moderna, reduzir despesas e ter melhores condições de expandir o mercado exterior, em face da concorrência de outros países cafeeiros.

No Estado de São Paulo, pelas razões acima mencionadas, as cooperativas de cafeicultores começaram a surgir em 1957 e foram fundadas num período relativamente curto de 10 anos (1957/66).

Em menos de 4 anos, entre 1957 e 1960, verificou-se acentuada expansão na atividade cooperativista, cuja organização aumentou de 7 para 31 cooperativas, com um total de produtores associados que evoluiu de 1.074 para 3.592, ou seja, um incremento de 234,4% (quadro 1).

O surto cooperativista prosseguiu até 1964, através de incentivos financeiros e fiscais, com destinação específica para investimentos em instalações de máquinas de benefício, rebenefício e outras etapas de melhoria de produto e também em instalações de interesse comum dos associados.

Entretanto, a partir de 1964, o Governo passa a se conscientizar da fraqueza das cooperativas existentes e começa a desenvolver uma política sistemática, cancelando a autorização de financiamento de muitas cooperativas e estabelecendo modificações tributárias menos vantajosas. Muitas cooperativas não resistiram às modificações, que se refletiram numa queda brusca do volume de comercialização, obrigando-as a dissolver-se, fundir-se ou permanecer inativas.

Como consequência, desde 1966, além de não se registrar a fundação de novas cooperativas de cafeicultores, o número das existentes, que era de 37, foi diminuindo até chegar a 24 em 1975.

Contudo, apesar da diminuição do número de cooperativas, registrou-se um aumento no número de produtores associados e, portanto, uma ampliação no poder de atuação das cooperativas como captadoras de café. Entre 1957 e 1975, o número médio de associados, por cooperativa, aumentou gradativamente, de 153 para 623 (quadro 1).

Em 1975, o número de associados às cooperativas de café representava 23,7% sobre o número de propriedade de café cadastradas⁽⁵⁾ no Estado de São Paulo, embora um mesmo associado possa ser proprietário de mais de uma propriedade agrícola.

(5) CAMPOS, H. de & PIVA, L. H. de O. Dimencionamento da amostra para estimativa e previsão de safra no Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, SP, 21(3):65-88, 1974.

QUADRO 1. - Evolução das Cooperativas de Cafeicultores no Estado de São Paulo, 1957-75

Ano	Cooperativas (1)	Associados (2)	Associados por cooperativa (2/1)
1957	7	1.074	153
1960	31	3.592	116
1964	41	6.688	163
1970	28	9.965	356
1975	24	14.964	623

Fonte: Departamento de Assistência ao Cooperativismo e Anuário Brasileiro Cooperativista.

O desenvolvimento do cooperativismo reveste-se de particular interesse para o Estado de São Paulo, ao se considerar o fato de que, no período 1973-75, o parque produtivo de café contava com uma média de 70 mil propriedades (⁶), na sua maior parte pequenas e médias unidades (82,9%), com menos de 100ha a cuja oferta ao mercado foi superior à metade do volume da produção total, atingindo 53,1% (⁷). Aceita-se que o cooperativismo tem maiores possibilidades de sucesso numa estrutura fundiária onde predominam pequenas e médias propriedades, pois são estas as que mais necessitam de apoio para obtenção de vantagens, que somente são possíveis através da associação entre produtores.

Entretanto, o cooperativismo, em suas diversas categorias, é ainda pouco difundido, por uma série de fatores que tem dificultado a sua expansão, entre os quais merecem destaque os seguintes:

- baixo grau de associativismo dos cooperados, que cedem a pressões econômicas, desviando sua produção para quem oferecer, no momento, melhores condições, não percebendo que a longo prazo esta atitude é prejudicial para sua cooperativa; e

- insuficiência de líderes cooperativistas e administradores com capacidade gerencial, o que se reflete no esvaziamento dos associados e, portanto, no enfraquecimento da cooperativa.

(⁶) CAMPOS, H. de & PIVA, L.H. de O. Dimensionamento da amostra para estimativa e previsão de safra no Estado de São Paulo. Agricultura em São Paulo, SP, 21(3):65-88, 1974.

(⁷) GOLDENBERG, I; GHILARDI, A.A; TOPEL, R.M.M. Comercialização do café no Estado de São Paulo ao nível do produtor. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Instituto de Economia Agrícola, 1977.42p(no prelo).

No VII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em 1975, enfatizou-se como prioridade, a consolidação das cooperativas já existentes, não manifestando preocupação com os aspectos quantitativos do crescimento cooperativista (8).

Dessa forma, para que as cooperativas se tornem realmente um instrumento de desenvolvimento e preencham a finalidade a que se propõem, torna-se indispensável organizar cursos regulares e intensivos de cooperativismo, em diversos níveis, destinados a formar líderes, administradores, técnicos cooperativistas e a propagar a doutrina cooperativista (9).

(8) COOPERATIVAS chegam à maioria. O Dirigente Rural, São Paulo, 16(3/4):10-29, mar./abr.1977

(9) PINHO, D. B. & PINHO, C. M. Cooperativismo rural: noções de cooperativismo. São Paulo, Faculdade de Economia Agrícola/USP, 1976. 124p.